

# PANDEMIA E O APROFUNDAMENTO DA LÓGICA INTEGRACIONISTA NA POLÍTICA DO GOVERNO BRASILEIRO PARA OS POVOS INDÍGENAS<sup>1</sup>

**Kasandra Conceição Castro de Sousa**

**Universidade Federal do Paraná – UFPR**

Diversas reportagens jornalísticas apresentam um quadro de elevação dos riscos sociais sobre as populações indígenas do Brasil nos últimos anos. Este crescimento coincide com o retorno de políticos de direita e conservadores ao governo do país, que tem retomado políticas pretéritas inspiradas em ideias e interesses elitistas. No contexto da pandemia do Covid-19, essa situação se agravou consideravelmente, pois houve um crescimento acelerado das ameaças sobre as populações indígenas. O objetivo deste estudo é analisar, a título de apontamentos gerais, o contexto do atual agravamento destes riscos/ameaças sobre as populações indígenas brasileiras, considerando suas possíveis causas, os atores envolvidos, os interesses subjacentes, as ideias e as ações práticas que dão conteúdo a este processo. A base teórica do estudo é a teoria crítica, de viés marxista, por possibilitar explicar e compreender os processos históricos com base na análise das relações e dos interesses conflitantes entre agentes sociais coletivos –classes, grupos, corporações sociais. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, cujas fontes são artigos científicos, matérias de jornais e documentos elaborados por organizações oficiais ou da sociedade civil. Os levantamentos bibliográficos preliminares indicam que está havendo um retorno a um modelo que autores como Meliá (1981), D’Angelis (2012), Tommasino (2003), Luciano (2006) e Oliveira e Nascimento (2012) caracterizam como integracionista e assimilacionista: “assimilacionista (do ponto de vista cultural) e integracionista (do ponto de vista econômico)” (TOMMASINO, 2003, p. 80). Os principais atores envolvidos, além dos próprios índios, são o Governo Federal, acadêmicos indigenistas, ONGs, movimentos ambientais, movimento indigenista, empresários do agronegócio e da área de mineração, trabalhadores pobres e de baixa qualificação, além de setores religiosos, protestantes e católicos, conservadores e progressistas. As causas principais estão associadas à negligência e conivência do governo com interesses elitistas predatórios das riquezas indígenas, ao agravamento dos problemas e injustiças sociais no Brasil, que pressionam trabalhadores pobres e de baixa qualificação a buscar oportunidades ocupacionais na exploração de recursos existentes em terras indígenas, aos interesses do médio e grande capital, nacional e estrangeiro, do agronegócio e da mineração, aos interesses de grupos religiosos evangélicos e à fragilização dos movimentos sociais progressistas. Conclui-se que somente o enfrentamento político articulado das bases sociais indígenas pode reverter este processo.

**Palavras-chave:** Políticas indigenistas. Pandemia. Indígenas.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.”

Este artigo analisa a intensificação da violência contra povos indígenas no contexto da pandemia do Covid-19 e de que modo ela reflete as mudanças de interesses e de orientação ideológica que a política indigenista brasileira (PIB) experimentou a partir de 2018. Neste ano, um governo de orientação ideológica conservadora foi instaurado no Brasil, o qual passou a promover e estimular discursos e ações refratários aos interesses, às necessidades e à condição dos povos nativos. Objetiva-se explicitar como a história do contato destes povos com a sociedade nacional durante a pandemia reflete discursos, ideologias e interesses sociais práticos que estão associados a uma lógica modernizadora de integração e assimilação destes povos pela sociedade nacional.

Oficialmente, a política indigenista brasileira (PIB) foi instaurada em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Posteriormente, em 1918, este órgão foi substituído pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, este, no final dos anos de 1960, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (BRASIL, 2020).

A (PIB) é produto da ideologia da modernidade (CASTRO, RODRIGUES, 2022), que se consolidou no contexto iluminista do século XVIII e se desdobrou nas teorias da evolução, do progresso e racialistas no final do século XIX (LUCIANO, 2006; BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012). É o próprio Governo Federal que, no site da FUNAI, aponta a filiação ideológica do SPILTN/SPI com a ideologia do progresso. De acordo com informações do site:

Esta decisão governamental foi tomada num momento histórico em que predominavam, ainda, as ideias evolucionistas sobre a humanidade e o seu desenvolvimento através de estágios. Esta ideologia de caráter etnocêntrico influenciou a visão governamental, sendo que a Constituição vigente naquela época estabelecia a figura jurídica da tutela e considerava os índios como "relativamente incapazes" (BRASIL, 2020).

A mentalidade modernizadora esteve associada ao etnocídio e genocídio promovido contra povos indígenas ao longo do século XX (PALMQUIST, 2018; CASTRO, 2021). Isso se explica pelas representações sociais baseadas nas teorias do evolucionismo e do progresso que sustentavam que os povos, as culturas e a história das sociedades humanas obedecia a estágios de desenvolvimento, numa escala que iria de um ponto primitivo, incivilizado, selvagem e inferior até outro ponto que seria o ápice da civilização, da urbanidade e do desenvolvimento da humanidade (BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021).

Na classificação desta escala, os povos originários do continente americano, África e Ásia ocupavam os níveis inferiores de evolução humana (social, cultural,

econômica, política, histórica), enquanto os povos europeus ocupariam os níveis superiores (BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021).

Como povos inferiores, estes representavam o passado, o atraso e um obstáculo ao pleno desenvolvimento da humanidade. Por isso, precisavam ou ser removidos ou ser integrados economicamente e assimilados culturalmente para participar ou, pelo menos, não travar a evolução e o progresso da humanidade (BERMAN, 1986; BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021).

Esta fórmula está registrada na literatura ocidental e foi traduzida por Berman (1986) que, ao resgatar a passagem do livro Fausto, de Goethe, onde é decidido o destino do casal de idosos Filemo e Báucia, explica que este casal simboliza todos os povos que não se enquadravam no mesmo padrão étnico e no mesmo modo de vida dos povos europeus capitalistas e industriais. À vizinhança do império empresarial e urbano construído pelo poderoso Fausto restou uma porção de terra habitada por este casal. No entanto, com a desculpa de que a pequena propriedade representava um obstáculo ao progresso, Fausto precisou a destruir:

À medida que Fausto supervisiona seu trabalho, toda a região em seu redor se renova e toda uma nova sociedade é criada à sua imagem. Apenas uma pequena porção de terra da costa permanece como era antes. Esta é ocupada por Filemo e Báucia, um velho e simpático casal que aí está há tempo sem conta [...]. Com o passar dos anos, tornaram-se bem-amados como a única fonte de vida e alegria nessa terra desolada [...]. Eles representam a primeira encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: pessoas que estão no caminho — no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas, e descartadas, como obsoletas. Fausto se torna obcecado com o velho casal e sua pequena porção de terra: “Esse casal de velhos devia ter-se afastado, / Eu quero tílias sob meu controle, / Pois essas poucas árvores que me são negadas” (BERMAN, 1986, p.65).

É importante ressaltar que este discurso se configurou em políticas e ações práticas por parte de agentes estatais e privados. Assim, ao final do século XIX, ele assume uma face ainda mais radical quando se converte nas chamadas teorias racialistas e eugênica (BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021).

As primeiras sustentavam que a diversidade cultural, econômica e social da humanidade se explicava pelas diferenças entre raças humanas, que também obedeciam a uma escala hierárquica de inferioridade e superioridade. Assim, as raças não europeias eram inferiores e as europeias superiores (BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021). Por sua vez, a segunda sustentava que era preciso aproveitar do progresso da ciência para acelerar a evolução e progresso da humanidade, fosse através

da aceleração da integração ou, mesmo, do desaparecimento dos povos ditos inferiores (BECELLI, 2009; SKIDMORE, 2012; CASTRO, 2021).

O Brasil não passou incólume à influência deste discurso e ideologia. Cientistas, escritores e intelectuais influentes na sociedade do final do século XIX e início do século XX também se filiaram ao discurso racista e eugenista para explicar os problemas sociais, econômicos e políticos nacionais, assim como para propor soluções racista e eugênicas a eles. Nas palavras de Castro (2021, p.46-47).

No Brasil, a associação ideológica das elites dirigentes com o quadro de referências do imaginário moderno europeu se fez através das teorias raciais desenvolvidas por intelectuais como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, João Batista de Lacerda, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, entre outros. Ademais, também se manifestou no movimento eugenista, capitaneado por pessoas influentes da sociedade brasileira do início do século XX, como Franco da Rocha, Arnaldo Vieira de Carvalho e cujo nome mais notável é o do escrito Monteiro Lobato

Como salientado no início desta introdução, foi esta ideologia que forjou o nascimento da própria PIB. Deste modo, a história do contato dos povos indígenas brasileiros com os não-indígenas europeus e a sociedade nacional é um dos tantos exemplos de aplicação prática da ideologia da modernidade-evolucionismo-progresso (M-E-P) na orientação da história. Como tal, retrata a solução faustiana àquilo que é considerado atrasado e obstáculo ao progresso: tirar do meio do caminho.

Isto significou, muitas vezes, o extermínio físico, cultural e a integração econômica destes povos à sociedade nacional (MELIÁS, 1981; TOMMASINO, 2003; PALMQUIST, 2018; CASTRO, 2021). Assim, Palmquist (2018) mostra que o encontro do indígena com o não-indígena compõe uma história de etnocídio e genocídio, sendo o primeiro declinado como extermínio cultural dos povos indígenas, enquanto o segundo é o extermínio físico destes. A autora ressalta, entretanto, que o etnocídio prepara o genocídio, pois além de desvalorizar e exterminar a cultura, também consiste na desvalorização simbólica e na desumanização do indígena (PALMQUIST, 2018).

Palmquist (2018) apresenta relatos, documentos e matérias jornalísticas que servem de exemplo de como o ideário M-E-P se associou ao etno-genocídio de povos indígenas no século XX. A autora resgata o Relatório Figueiredo, de 1967, que fez amplo levantamento da atuação do Estado e seus agentes do SPI junto às populações indígenas, e apresenta resultados impactantes. Nas palavras da autora, este relatório oferece:

consistentes registros de violência contra povos indígenas brasileiros cometidos por agentes estatais em conluio com forças de segurança e fazendeiros, sob a égide do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 com a intenção, declarada já no nome de batismo, de proteger os povos indígenas; mas que, ao longo do século XX, notadamente a partir da década de

1950, foi responsável por processos continuados de violência e violações de direitos contra os povos indígenas. Com mais de 7000 páginas, o relatório registrou ocorrências recorrentes de violências brutais contra povos indígenas, levadas a cabo por agentes estatais. Foi apresentado ao público nacional e internacional em 1967, causando forte impacto político e justificando mesmo a extinção do SPI, substituído então pela Fundação Nacional do Índio (Funai) (PALMQUIST, 2018, p.16).

A partir da década de 1960, devido à atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), indigenistas, antropólogos, sociólogos e à organização e mobilização política dos movimentos indígenas, começou a haver uma resistência mais sistemática a esta política modernizadora (KOPENAWA, 2015; KRENAK, 2021).

Esta mobilização política ganhou força ao longo das décadas de 1970-80, inclusive com repercussões internacionais, a partir da atuação de lideranças indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa (KOPENAWA, 2015; KRENAC, 2021).

Como resultado, a partir da Constituição Federal de 1988 uma orientação ideológica mais emancipatória, pautada nos interesses e necessidades das populações indígenas e inspirada nos ideários de sustentabilidade, etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável (LUCIANO, 2006, 2011; GONÇALVES, 2010; CASTRO, 2021) se tornou hegemônica na condução desta política.

Observou-se, a partir de então, a emergência de um conjunto de políticas públicas voltadas para a valorização da cultura indígena, o resgate da sua história, afirmação da sua identidade, fortalecimento das suas línguas nativas, controle de suas riquezas naturais, de seu território e pela autodeterminação autonomia destes povos (LUCIANO, 2006, 2011; GONÇALVES, 2010; CASTRO, 2021; CASTRO, RODRIGUES, 2022).

Contudo, a partir de 2018, observou-se um revés nesta política, com o retorno de discursos e ações sobre os indígenas característicos da fase anterior a 1988, e a pandemia do Covid-19 acentuou estas práticas. Nas próximas seções são apontados elementos destes discursos e práticas, cujos componentes representam, rigorosamente, um retorno às práticas modernizadoras mais radicais de etnocídio e genocídio indígena.

## **2. A PANDEMIA E O RETORNO A UMA POLÍTICA INDIGENISTA MODERNIZADORA?**

Com base nas considerações anteriores, pode-se afirmar que os aspectos ideológicos centrais da política indigenista modernizadora são:

- a) A compreensão de que as sociedades e os povos indígenas representam uma etapa transitória da evolução da humanidade rumo a estágios superiores;
- b) A ideia de que o indígena é um obstáculo ao desenvolvimento humano;
- c) A posição de que esse obstáculo precisa ser eliminado;

- d) Que esta eliminação deva ocorrer seja fisicamente seja através da sua integração econômica e assimilação cultural, sendo estas últimas seriam concebidas como formas de acelerar a superação do seu estágio evolutivo inferior.

A hegemonia de um discurso e uma orientação ideológica mais emancipacionistas na condução da PIB a partir de 1988 sugeria que a etapa modernizadora desta política havia sido relegada ao passado. Porém, a ascensão de um governo conservador, a partir de 2018, no Brasil, mostrou que esta é uma interpretação equivocada.

Os discursos e práticas do presidente da República que assumiu neste ano, Jair Bolsonaro, mostraram-se intrinsecamente alinhados com o ideário moderno de integração e assimilação da política indigenista. A pandemia de Covid-19, entretanto, indica que há um alinhamento até mesmo com a defesa de extermínio destes povos. No Quadro 1, apresenta-se um resumo de várias matérias jornalísticas sobre as declarações do presidente sobre os indígenas brasileiros no contexto da pandemia de Covid-19.

Nestas declarações, pode-se observar que as representações sobre os povos indígenas que orientam o discurso e a prática política do presidente em questão seguem o padrão M-E-P, na medida em que estes são considerados: “massa de manobra”, “fedorentos”, “cada vez mais humanos”, culpados pelas queimadas e desmatamentos da Amazônia.

Há, como se observa, uma clara violência simbólica (BOURDIEU, PASSERON, 1992) no discurso do presidente contra os povos indígenas, na medida em que se observa uma tentativa de inferiorizar, culpabilizar, discriminar, desvalorizar socialmente e desumanizar os indígenas.

Historicamente, esta estratégia discursiva fundada na violência simbólica é um instrumento de reprodução das estruturas de desigualdades sociais, e é útil tanto para legitimar a violência física quanto a violência social -por meio da negação de direitos- contra populações socialmente vulneráveis (BOURDIEU, PASSERON, 1992).

<b>Quadro 1.</b> Resumo de matérias que tratam do discurso do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sobre povos indígenas de 2020 a 2022.			
<b>TÍTULO</b>	<b>FONTE</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>
“Cada vez mais, o índio é um ser humano como nós”, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais	G1	Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, no qual fala da criação do Conselho da Amazônia e da política indigenista do seu governo. Neste discurso, o presidente chama os indígenas de massa de manobra, fedorentos e diz que estão cada vez mais humanos.	24.01.2020
Nota do CIMI: Bolsonaro criminaliza povos indígenas em discurso irreal e delirante na ONU	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI)	Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 2020 em que o chefe de Estado culpou os indígenas pelas queimadas e desmatamento da floresta amazônica.	22.09.2020
Bolsonaro fala em “Índio evoluído”; APIB e antropólogos repudiam declaração	VALENTE (2020) UOL	Trata da reação de especialistas em questões indígenas ao discurso do presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, no qual chama os indígenas de massa de manobra, fedorentos e diz que estão cada vez mais humanos.	28.09.2020
Bolsonaro sobre indígenas: “Grande parte nem sabe o que é dinheiro”	Correio Braziliense	Trata de um discurso do presidente Jair Bolsonaro em que fala do uso de bitcoins por indígenas, afirma que não fará mais demarcação de terras indígenas porque já tem terra demais para estes povos e são terras improdutivas, e, explica porque tem apoio do agronegócio. "Por que o campo está feliz com a gente? Nós não marcamos mais terra indígena. Já temos 14% demarcados por terra indígena. Chega!".	04/08/2021
Nem um centímetro a mais para os indígenas e para Biodiversidade no Brasil de Bolsonaro	El País	Trata da paralisação da criação de novas unidades de conservação e de terras indígenas no governo Bolsonaro, de como esta postura incentiva invasões e prejudica o combate ao aquecimento global	20.08.2021
Dia dos Povos Indígenas é vetado por Bolsonaro	Rádio Senado	Trata do veto do presidente Jair Bolsonaro à lei (PL 5.466/2019) que alterava o nome da celebração de 19 de abril de “Dia do Índio” para o “Dia dos Povos Indígenas”. Na concepção do presidente, não havia “interesse público” para justificar tal mudança.	03.06.2022
A promessa de campanha sobre indígenas que Bolsonaro cumpriu à risca	Veja	Na corrida de 2018 rumo ao Palácio do Planalto, ele se comprometeu a mudar completamente a política de demarcação de terras.	17.07.2022

**Fonte:** Pesquisa bibliográfica, 2022.

É importante lembrar que estes discursos do presidente do Brasil Jair Bolsonaro sobre os indígenas não são recentes. Em outra de suas polêmicas declarações, em 1988, ele chegou a defender, mesmo, a extinção destes povos, como lembra o jornalista Otávio Guedes, em reportagem ao Portal G1, de 16 de março de 2022. De acordo com o jornalista, o discurso no qual defende a extinção dos indígenas foi transcrito no Diário da Câmara dos Deputados de 16 de abril de 1998. Nele, o então deputado sustenta que “realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país” (GUEDES, G1, 2022). Portanto, o ciclo integração-assimilação-extermínio está bem representado no discurso desta liderança política.

O Quadro 2 apresenta um resumo de medidas adotadas pelo Governo Brasileiro em questão para as populações indígenas durante a pandemia de Covid-19 e críticas que recaem sobre estas medidas por parte de especialistas e lideranças sociais.

<b>Quadro 2.</b> Resumo de matérias sobre medidas adotadas pelo governo Brasileiro durante a pandemia de Covid-19 para povos indígenas e críticas de especialistas e lideranças sociais a estas medidas.			
<b>TÍTULO</b>	<b>FONTE</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>
Bolsonaro votou trechos da lei de proteção aos povos indígenas contra a Covid-19	OBSERVATÓRIO	Trata do veto do presidente Jair Bolsonaro às medidas urgentes de proteção aos povos indígenas do Brasil em face da pandemia de Covid-19.	Sem Data
Bolsonaro se lixa para os índios	MARQUES (2020)	Trata da política indigenista e dos posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro sobre os povos indígenas, que o autor salienta serem racistas, cruéis e preconceituosos.	14.02.2020
Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia	SENADO FEDERAL (2020)	Trata dos vetos do presidente Jair Bolsonaro na Lei 14.021/2020, que estipulava medidas de proteção à saúde de comunidades tradicionais e indígenas durante da pandemia do Covid-19.	08.07.2020
Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de Covid-19	SCHREIBE (2020) BBC/Brasil	Trata das acusações por parte de lideranças indígenas direcionadas ao presidente Jair Bolsonaro que estaria atentando voluntariamente e de modo criminoso contra a saúde dos povos indígenas por não tomar as medidas necessários para protege-los da pandemia de Covid-19 e devido aos vetos presidenciais à Lei 14.021/2020.	11.07.2020
ONU contesta vetos de Bolsonaro em lei para proteger indígenas da Covid-19	CHADE (2020)	Trata da reprovação da Organização das Nações Unidas aos vetos do presidente Jair Bolsonaro à Lei 14.021/2020.	17.08.2020
Caos na pandemia: governo Bolsonaro vai deixar ao menos 380 mil indígenas fora da primeira etapa de imunização	AMAZÔNIA REAL	O texto mostra como o plano do Governo Federal para enfrentar a pandemia de Covid-19 entre os povos indígenas é negligente, pois prevê que sejam imunizados apenas indígenas que vivem em aldeias dentro de territórios demarcados.	19.01.2021
Bolsonaro deveria ser investigado por genocídio? Entenda e definição e embate sobre o conceito	BRASIL DE FATO	O texto apresenta os argumentos de especialistas sobre a caracterização da política indigenista de Jair Bolsonaro como genocida: “As provas são abundantes” no caso dos povos indígenas, diz estudiosa da relação entre pandemia e direito internacional.	21.05.2021
Pandemia e omissão do governo fizeram situação de indígenas piorar em 2020, diz relatório	FOLHA DE S. PAULO	O texto sustenta que o ano de 2020 foi trágico para os povos indígenas no Brasil, que tiveram sua situação agravada pela pandemia e pelas ações e omissões do governo federal, segundo relatório divulgado pelo CIMI.	28.10.2021
Risco de extermínio: pandemia e governo Bolsonaro ameaçam indígenas isolados	REPÓRTER BRASIL	O texto mostra uma análise inédita que mapeou invasões de garimpos, madeireiros e até traficantes a territórios com povos em isolamento. Mostra, ainda, como a Covid e as políticas do atual governo vêm estrangulando as terras indígenas e a sobrevivência dos isolados.	15.11.2021
Covid-19: descaso do governo e aumento do número de casos preocupam indígenas e indigenistas	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI)	O texto fala da morosidade em vacinar os indígenas brasileiros. Até aquela dada, menos de 50% destes sujeitos tinham sido vacinados com a segunda dose da vacina contra covid-19 e havia aumento dos casos de contaminação pelo vírus entre estes povos.	18.01.2022
Funai nega, mas permitiu que empresa de NFTs violasse o isolamento de indígenas na pandemia	REDE BRASIL ATUAL (RBA)	O texto mostra que uma empresa chamada Nemus obteve autorização para entrar em “fazenda” que dizia ser de sua propriedade, mas que, na verdade, é uma Terra Indígena em estudo.	12.08.2022

**Fonte:** Pesquisa bibliográfica, 2022.

Passando do discurso à prática, o Quadro 2 mostra um resumo das principais medidas do Governo Federal para o enfrentamento da Covid-19 entre os povos indígenas, as consequências negativas destas medidas e as críticas que recaem sobre elas.



Como se observa, o Governo Federal atuou na contramão das reais necessidades de combate às ameaças de saúde pública sobre estes povos neste momento, que, comumente, possuem um sistema imunológico menos adaptado às doenças típicas dos povos não-indígenas.

Observa-se que o Governo Federal foi deliberadamente negligente neste momento, pois:

- a) Vetou as medidas de urgência elaboradas por especialistas para evitar a disseminação da Covid-19 entre os povos indígenas;
- b) Não adotou medidas corretas de prevenção e tratamento da Covid-19 entre estes povos;
- c) Omitiu-se de participar do planejamento das ações de prevenção e tratamento da Covid-19 entre os indígenas;
- d) Protelou a vacinação contra Covid-19 entre os indígenas;
- e) Emitiu falas racistas, preconceituosas e cruéis contra estes povos durante a pandemia de Covid-19;
- f) Estimulou, em plena pandemia, a ocupação de terras indígenas por agropecuaristas, mineradores e madeireiros.

Os dois quadros anteriores mostram, portanto, que há motivos para argumentar, por ação ou omissão, em favor de uma postura do Governo Federal voltada para a promoção da violência simbólica, física e social contra os povos indígenas do Brasil durante o período da pandemia de Covid-19.

### **3. INTERESSES PRÁTICOS SUBJACENTES À POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

A teoria crítica ensina que para compreender a história não é suficiente analisar os discursos dos sujeitos sociais, mas identificar, sob estes discursos, os interesses práticos que comandam as ações destes sujeitos (MÉSZARO, 1996; NOBRE, 2008). Isso porque, em última instância, não são interesses e necessidades morais ou ideológicas e, sim, interesse e necessidades materiais que comandam as ações e estratégias de reprodução dos sujeitos sociais concretos (MÉSZARO, 1996; NOBRE, 2008).

Assim, de acordo com Castro (2021) subjacente ao discurso ideológico e às ações do Governo Federal durante a fase modernizadora da PIB havia um conjunto de interesses práticos que eram satisfeitos, mormente interesses de ordem econômica e de defesa nacional. Nas palavras da autora, entre estes interesses estavam:

pacificar os índios para convertê-los em mão-de-obra barata para o mercado de trabalho capitalista, utilizá-los como mão-de-obra militar em regiões de

fronteira ou na defesa nacional de modo geral, e, promover a apropriação e mercantilização das suas riquezas naturais (CASTRO, 2021, p.48).

O que valia antes é válido no momento atual. Porém, os atores são outros: enquanto que, no passado, os interesses sobre as terras indígenas envolviam, principalmente, militares, pecuaristas e agricultores, na atualidade os principais atores são madeireiros, pecuaristas e mineradores de modo geral, tanto garimpeiros quanto a pequena, média e grande empresa mineradora.

Diversas reportagens, além das resumidas aqui, expõem o acirramento entre estes sujeitos e os povos indígenas na atualidade (GREENPEACE, 2020; ROMAN, 2020; VICK, 2020; ROSCOE, 2021; VALPORTO, 2021; BARRETO, 2021). A pressão sobre as riquezas destes povos tem aumentado devido à conivência do Governo Federal com os interesses de garimpeiros, mineradores, pecuaristas, agricultores e madeireiros.

Assim, para facilitar o acesso às riquezas naturais destes povos, as entidades de representação de interesses de garimpeiros e pecuaristas pressionou o Governo Federal a reconhecer estes dois segmentos sociais como povos tradicionais. Reportagem do portal G1, do dia 09 de dezembro de 2021, assinada por Carolina Dantas, expõe os argumentos e as entidades de classe que pressionam o Governo Federal a reconhecer estas categorias como povos tradicionais.

O lobby ganhou, pelo menos, a disposição do Governo Federal de levar adiante este pedido de reconhecimento, pois o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) decidiu montar um grupo de estudo para analisar esta proposta.

No Quadro 2, observa-se reportagens que tratam dos conflitos envolvendo garimpeiros, pecuaristas e madeireiros que invadem as terras indígenas e como estes conflitos aumentaram durante a pandemia do Covid-19. Estas reportagens expõem, também, o esvaziamento ou aparelhamento dos órgãos como FUNAI, INCRA e ICMBIO e IBAMA, que possuem relação com a defesa e proteção dos territórios indígenas.

Além de entregar o comando e as diretorias estratégicas destes órgãos nas mãos de pessoas ligadas aos interesses empresariais sobre os territórios indígenas, as reportagens apontam, também, o corte de recursos para fiscalização destes territórios, a omissão política por parte dos dirigentes e, mesmo, o esvaziamento de setores importantes de monitoramento e fiscalização.

Todas estas medidas do Governo Federal estimularam a pressão por parte de empresários e trabalhadores de baixa qualificação sobre as terras indígenas, que são

verdadeiros bolsões de riquezas naturais de todos os tipos: hídricas, minerais, florestais, faunísticas e agropecuárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises realizadas no desenvolvimento deste estudo demonstram que há subsídios discursivos, ideológicos, documentais e práticos para classificar a política indigenista do Governo Federal Brasileiro da atualidade como tipicamente modernizadora, uma vez que se orienta por uma lógica subjetiva e objetiva da integração, assimilação e, mesmo, do extermínio dos povos indígenas.

Os discursos, as ações e omissões do Governo durante a pandemia do Covid-19 refletiram com mais vigor a prevalência desta lógica na orientação atual da PIB, uma vez que resultaram na superexposição destes povos ao risco de extermínio pela Covid-19, seja pelo veto a medidas de prevenção, tratamento e enfrentamento desta doença junto a estes povos, seja pelo protelamento da adoção de tais medidas.

Outrossim, pode-se observar que, assim como durante o longo período de quase 80 anos em que a ideologia da M-E-P foi hegemônica na condução da PIB, também na atualidade o discurso ideológico, as ações e omissões do Governo Federal junto às populações indígenas estão estritamente em sintonia com interesses econômicos práticos. Porém, os atores mudaram: durante a primeira fase da PIB modernizadora prevaleciam interesses de militares, pecuaristas e agricultores sobre as riquezas naturais dos povos originários, enquanto que, na atualidade, estes interesses são comandados por pecuaristas, agricultores e, principalmente, mineradores, garimpeiros e madeireiros.

Esta nova fase da PIB modernizadora pode ser passageira e se esgotar com o fim do atual Governo. Porém, é pertinente lembrar que os interesses econômicos permanecem vivos e, agora, mais fortes, o que pode significar maiores dificuldades em enfrenta-los e em garantir defesa, proteção e dignidade aos povos indígenas.

Para isso, será fundamental a atuação de outros atores sociais que, a partir de interesses próprios aos seus estratos sociais, também se aliem aos dos indígenas, tais como os setores progressivos da sociedade, representados por acadêmicos indigenistas, ONGs, movimentos ambientais, movimento indigenista e demais movimentos sociais, tal como ocorreu durante os anos de 1980.

## **REFERÊNCIAS**

AMAZONIA REAL. Caos na pandemia: governo Bolsonaro vai deixar ao menos 380 mil indígenas fora da primeira etapa de imunização. 19.01.2021. <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-governo-bolsonaro-vai-deixar-ao-menos-380-mil-indigenas-fora-da-primeira-etapa-de-imunizacao/>. Acesso em 04.08.22.

BARRETO, Marcelo Menna. 2020 foi um ano trágico para os povos indígenas do Brasil. 28/10/2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2021/10/2020-foi-um-ano-tragico-para-os-povos-indigenas-do-brasil/>. Acesso em: 24/04/2022.

BEHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na interpretação do Brasil**: tensões no paradigma racial (Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Viana). Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, USP, 2009.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Companhia da Letras: São Paulo, 1986.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria dos sistemas de ensino. Petrópolis: Vozes, 1992.

BRASIL (GOVERNO FEDERAL). Índios no Brasil: terras indígenas. FUNAI, 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 20.06.2020.

BRASIL DE FATO. Bolsonaro deveria ser investigado por genocídio? Entenda e definição e embate sobre o conceito. 21.10.2021. <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/21/bolsonaro-deveria-ser-investigado-por-genocidio-entenda-definicao-e-embate-sobre-o-conceito>. Acesso em 18.08.22.

CASTRO, Kasandra Conceição. **Docentes da educação indígena do Paraná**: políticas públicas e trajetória profissional. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021.

CASTRO, Kasandra Conceição; RODRIGUES, Rita de Cássia. Política educacional indigenista brasileira: contradições e desafios. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1062-1078, abr./jun. 2022.

CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO). Covid-19: descaso do governo e aumento do número de casos preocupam indígenas e indigenistas. 18.01.2022. <https://cimi.org.br/2022/01/covid-19-descaso-do-governo-e-aumento-no-numero-de-casos-preocupam-indigenas-e-indigenistas/>. Acesso em: 20.08.22.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). **Nota do Cimi: Bolsonaro criminaliza povos indígenas em discurso irreal e delirante na ONU**. CIMI: 22.09.2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/nota-do-cimi-bolsonaro-criminaliza-povos-indigenas-discurso-irreal-delirante-onu/>. Acesso em: 15.12.2020.

CHADE, Jamil. ONU contesta vetos de Bolsonaro em lei para proteger indígenas da Covid-19. Universo On Line (UOL): 17.08.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/17/onu-contesta-vetos-de-bolsonaro-em-lei-para-protger-indigenas-da-covid-19.htm>. Acesso em: 15.12.2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro volta a atacar indígenas: “grande parte nem sabe o que é dinheiro”. 04.08.2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-volta-a-atacar-indigenas-grande-parte-nem-sabe-o-que-e-dinheiro>. Acesso 18.08.2022.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Uma breve história da Educação Escolar Indígena. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos**: A educação escolar Indígena no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

DANTAS, Carolina. Garimpeiros e pecuaristas querem o status de 'povos tradicionais' e comitê analisa; veja em 7 pontos. Publicado em: 09/12/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/12/09/garimpeiros-e-pecuaristas->

[querem-o-status-de-povos-tradicionais-e-comite-analisa-veja-em-7-pontos.ghtml](#). Acesso em: 21/08/2022.

EL PAÍS/BRASIL: Nem um centímetro a mais para os indígenas e para Biodiversidade no Brasil de Bolsonaro. 20.08.2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html> Acesso em 20.08.2022.

FOLHA DE S. PAULO. Pandemia e omissão do governo fizeram situação de indígenas piorar em 2020, diz relatório. 28.10.2021. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/pandemia-e-omissao-do-governo-fez-situacao-de-indigenas-piorar-em-2020-diz-relatorio.shtml>. Acesso em: 14.08.22.

G1. “Cada vez mais, o índio é um ser humano como nós”, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. G1: 24.01.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em 15.12.2020.

GUEDES, Octávio. **Bolsonaro já lamentou que o Brasil não dizimou os indígenas**. Publicado em: 16/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml>. Acesso em: 21/08/2022.

GREENPEACE. Covid-19 e o vírus da violência no Brasil indígena. 27/04/2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/covid-19-e-o-virus-da-violencia-no-brasil-indigena/>. Acesso em: 24/04/2022.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. **Lugares de Origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

LUCIANO, Gersem J. dos S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC, 2006.

LUCIANO, Gersem J. dos S. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real**: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese (Doutorado em Antropologia), UNB, Brasília, 2011.

MARQUES, Carlos José. Bolsonaro se lixa para os índios. Isto é: 14.02.2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-se-lixo-para-os-indios/>. Acesso em: 15.12.2020.

MELIÁ, Bartolomeu. Trançados da educação indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

OLIVEIRA, L. A. de; NASCIMENTO, R. G. do. Roteiro para *uma* história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012.

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena**: a persistência da destruição. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFPa, PPGA, Belém-Pa, 2018.

REDE BRASIL ATUAL (RBA). Funai nega, mas permitiu que empresa de NFTs violasse o isolamento de indígenas na pandemia. 12.08.2022. <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/08/funai-nega-mas-permitiu-que->

[empresa-de-nfts-violasse-isolamento-de-indigenas-na-pandemia/](#) .Acesso em: 27.08.2022.

REPÓRTER BRASIL. Risco de extermínio: pandemia e governo Bolsonaro ameaçam indígenas isolados. 15.11.2021. <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/risco-de-extermínio-pandemia-e-governo-bolsonaro-ameacam-indigenas-isolados/> .Acesso em: 14.08.22.

RÁDIO SENADO. Dia dos Povos Indígenas é vetado por Bolsonaro. 03.06.2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/06/03/dia-dos-povos-indigenas-e-vetado-por-bolsonaro>. Acesso em 18.08.2022.

ROSCOE, Beatriz. Invasão a terras indígenas teve alta de 137% em 2 anos de governo Bolsonaro. 28/10/2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/invasao-a-terras-indigenas-teve-alta-de-137-em-2-anos-de-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 24/04/2022.

SCHREIBE, Mariana. Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de Covid-19. BBC/Brasil: 11.07.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53375095>. Acesso em: 15.12.2020.

SENADO FEDERAL. **Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia.** Agência Senado: 08.07.2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-para-protoger-indigenas-durante-pandemia>. Acesso em: 15.12.2020.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

TOMMASINO, Kimiye. Educação escolar indígena no Paraná. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n.1, p.71-98, jan./jun.2003.

VALENTE, Rubens. Bolsonaro fala em “Índio evoluído”; APIB e antropólogos repudiam declaração. Universo On Line (UOL): 28.09.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/28/bolsonaro-indigenas-live-declaracao-terra.htm>. Acesso em: 15.12.2020.

VALPORTO, Oscar. Conflitos no campo batem recorde no ano da pandemia. 04/06/2021. <https://projetocolabora.com.br/ods16/conflitos-no-campo-batem-recorde-no-ano-da-pandemia/>. Acesso em: 24/04/2022.

VEJA. A promessa de campanha sobre indígenas que Bolsonaro cumpriu à risca. 17.06.2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-promessa-de-campanha-sobre-indios-que-bolsonaro-cumpriu-a-risca/>. Acesso em 16.08.22.

VICK, Mariana. Como a pandemia agrava o risco de invasões em terras indígenas. 18/04/2020. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/18/Como-a-pandemia-agrava-o-risco-de-invasoes-em-terras-indigenas>. Acesso em: 24/04/2022.